

**JUVENTUDE, PROJETOS SOCIAIS, EMPREENDEDORISMO E CRIATIVIDADE:
DISPOSITIVOS, ARTEFATOS E AGENTES PARA O GOVERNO DA POPULAÇÃO
JOVEM**

**JUVENTUD, PROYECTOS SOCIALES, EMPRENDIMIENTO Y CREATIVIDAD:
DISPOSITIVOS, ARTEFACTOS Y AGENTES PARA LA GOBERNANZA DE LA POBLACIÓN
JOVEN**

**YOUTH, SOCIAL PROJECTS, ENTREPRENEURISM AND CREATIVITY: DEVICES,
ARTEFACTS AND AGENTS FOR THE GOVERNING OF THE YOUTH POPULATION**

**JEUNESSE, PROJETS SOCIAUX, ENTREPRENARIAT ET CRÉATIVITÉ : DISPOSITIFS,
ARTÉFACTS ET AGENTS DE CONTRÔLE DE LA POPULATION JEUNE**

**青少年，社会行动项目，创业精神，创造力：机构问题，人为制造的问题，政府针对青少年人口的
指导等问题。**

DOI: 10.5533/1984-2503-20146204

Livia De Tommasi¹

RESUMO

O texto articula as reflexões elaboradas no âmbito de três pesquisas desenvolvidas nos últimos anos com três objetos de estudo distintos, a saber: projetos sociais dirigidos a jovens, manifestações culturais de periferia e dispositivos de governo acionados na cidade do Rio de Janeiro no âmbito do processo de “pacificação” das favelas. As questões levantadas permitem problematizar as formas como, no Brasil, nos últimos decênios, a abordagem da chamada “questão social” tem sido redesenhada. A contraposição entre o campo da juventude e o campo da criança e do adolescente é desenvolvida para exemplificar as mudanças ocorridas, nos últimos decênios, no Brasil, na abordagem da chamada “questão social”.

Palavras-chave: Juventude, Projetos sociais, Empreendedorismo, Práticas de governo.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris I, professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: livia.detommasi@gmail.com

El texto articula reflexiones elaboradas en el marco de tres investigaciones desarrolladas en los últimos años sobre tres objetos de estudio distintos, que son: proyectos sociales dirigidos a jóvenes, manifestaciones culturales de periferia y dispositivos de gobernanza accionados en la ciudad de Rio de Janeiro en el marco del proceso de “pacificación” de las favelas. Las cuestiones planteadas permiten problematizar en qué medida el enfoque sobre la llamada “cuestión social” ha sido rediseñado en el Brasil de las últimas décadas. El contraste entre el campo de la juventud y el campo de la niñez y la adolescencia es desarrollado para ilustrar los cambios de enfoque que se han producido en Brasil en cuanto a la "cuestión social".

Palabras clave: Juventud, Proyectos sociales, Emprendimiento, Prácticas de gobierno.

ABSTRACT

This article discusses the reflections developed over the course of three research papers undertaken in recent years with three different objects of study: social projects aimed at young people, cultural practices in urban outskirts and devices employed by the government in the city of Rio de Janeiro in the process of “pacifying” the *favelas*. The questions raised facilitate a problematization of how the approach to the so-called “social issue” has shifted over recent decades in Brazil. The opposition between the domain of youth and that of children and teenagers is developed in order to exemplify the changes to have occurred over recent decades in Brazil in terms of the country’s approach to the so-called “social issue”.

Key Words: Youth, Social Projects, Entrepreneurism, Government Practices.

RÉSUMÉ

Ce texte articule les réflexions menées dans le cadre de trois recherches mises en œuvre ces dernières années autour de trois objets d’étude distincts, à savoir les projets sociaux destinés aux jeunes, les manifestations culturelles de banlieue et les dispositifs de contrôle mis en place par la ville de Rio de Janeiro dans le cadre du processus de « pacification » des favelas. Les questions soulevées permettent de mettre en perspective les façons dont l’approche de la « question sociale » a été reconfigurée dans le Brésil des dernières décennies. L’opposition constatée entre le champ de la jeunesse et celui de l’enfance et de l’adolescence permet de mettre en lumière les changements intervenus dans l’approche de la « question sociale » au Brésil.

Mots-clés : Jeunesse, Projets sociaux, Entreprenariat, Pratiques de gouvernement.

摘要

本论文对最近几年巴西举行的三项研究进行反思，它们分别是：针对青少年人口的社会服务项目，针对城市边缘地区的社会边缘人口的文化活动项目，里约热内卢市政府在“平定”平民窟之后设立的行政服务机构。本文提出了一些问题，对十几年以来巴西政府执行的针对所谓“社会问题”的措施进行质疑。本文区分了青少年领域，和儿童与青春期少年领域，对两个领域里十多年来不同的发展状况进行了研究，反思了巴西针对所谓“社会问题”的政策和措施。

关键词：青少年，社会行动项目，创业精神，政府的措施。

A população jovem tem sido alvo, nos últimos decênios, de múltiplas intervenções por parte de agentes públicos e privados, ocupando com frequência as manchetes dos jornais; os governos federal, estaduais e municipais têm criado órgãos específico (secretarias, coordenadorias, gerências) encarregados de elaborar “políticas públicas”² específicas dirigidas a essa faixa populacional. Ao longo dos últimos vinte anos, a juventude tornou-se, também, um tema relevante no âmbito de estudos e pesquisas, acadêmicos e não³.

Nesse artigo, procuro articular reflexões elaboradas no âmbito de três pesquisas, desenvolvidas nos últimos anos. Abordaram três objetos de estudo distintos: projetos sociais dirigidos a jovens⁴, manifestações culturais periféricas⁵ e dispositivos de governo acionados no Rio de Janeiro no âmbito do processo de “pacificação”⁶.

Carrego no meu olhar, além das interrogações e observações de pesquisadora, os muitos anos em que trabalhei em agências internacionais, fundações empresariais e Organizações não governamentais (ONGs). As conversas que travei nesses contextos, a interlocução com os jovens “público alvo” das intervenções (muitos dos quais se tornaram

² Por uma análise crítica sobre as chamadas “políticas públicas” cf. Lima e Castro, 2008.

³ Vale destacar o trabalho desenvolvido pelas equipes de pesquisa coordenadas pela prof. Marília Pontes Sposito (cf. Sposito 2006, 2007 e 2009), a realização, a partir de 2004, de sucessivas edições do JUBRA – Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira; em âmbito não acadêmico, se destaca a produção de pesquisas da UNESCO (cf. 2002, 2004) e da ONG IBASE (2005).

⁴ A pesquisa “Juventude em pauta: a juventude como campo de intervenção social” foi desenvolvida entre setembro de 2010 e maio de 2012 com auxílio financeiro da FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rio de Janeiro (FAPERJ).

⁵ A pesquisa “Jovens na cidade: trânsitos, trajetos e circulação entre cultura e política” foi desenvolvida entre agosto de 2010 e novembro de 2012 e contou com financiamento do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

⁶ A pesquisa, de caráter etnográfico, é desenvolvida desde final de 2010 na Cidade De Deus.

amigos e parceiros de trabalho) alimentam minhas reflexões, além das observações que realizei durante o trabalho de campo.

Traço, a seguir, algumas considerações sobre cada um dos meus objetos de pesquisa, detendo-me um pouco mais sobre a contraposição entre o campo da juventude e o campo da criança e do adolescente para, dessa forma, exemplificar as mudanças ocorridas, nos últimos decênios, no Brasil, na abordagem da chamada “questão social”. Não vou me deter, nesse texto, sobre dados empíricos, para não alongar o trabalho, remetendo para isso aos artigos publicados no âmbito de cada uma das pesquisas citadas⁷.

1. A juventude e os projetos sociais: de problema social a protagonistas

Jacques Donzelot, em seu brilhante estudo sobre “A polícia das famílias”⁸, comenta alguns trechos de um relatório escrito em 1848 por Adolphe Blanqui, encarregado pela Academia de Ciências Morais e Políticas de visitar o país e constatar a situação material e moral em que se encontrava a classe trabalhadora após o movimento revolucionário que eclodiu na França naquele ano. Transcrevo um pequeno trecho do relatório:

*Existe, tanto em Lyon como em Paris, uma classe intermediária entre a infância e a idade viril que não possui a ingenuidade da uma nem a razão de outra e que será por muito tempo, se não se tomar cuidado, a base do recrutamento de todos os perturbadores da ordem social.*⁹

Com essas palavras proféticas, Blanqui nomeia um problema social que se tornou, a julgar pelos recorrentes apelos sociais, políticos e midiáticos, crônico em nossa sociedade: o problema dos jovens definidos como delinquentes, “desviados”, vítimas e causadores de violência, recrutas fáceis da criminalidade e do “tráfico”, dependentes de drogas; nos dias de hoje, “baderneiros”, “vândalos” e “mascarados” que estragam a festa das manifestações “ordeiras”. Também caracterizados com os traços de hedonistas, imediatistas, apáticos, consumistas. A representação comum dos jovens, e especificamente dos jovens pobres, em nossa sociedade, é ainda uma imagem renovada

⁷ Cf. Tommasi, 2012, 2013a, 2013b, e Tommasi e Velazco, no prelo.

⁸ Donzelot, J. (1986). *A polícia das famílias*, Rio de Janeiro: Graal.

⁹ Blanqui apud Donzelot, J. (1986). *Op. Cit.*, p. 69.

da “classe intermediária” problemática retratada por Blanqui. Antes mesmo de existir enquanto categoria social, essa faixa populacional existia enquanto problema social¹⁰.

A ideia da juventude enquanto período de transição entre a infância e a idade adulta, ou seja, um período de preparação, também continua vigente entre nós¹¹.

No campo dos estudos sociológicos, Karl Mannheim¹² e Samuel Eisenstadt¹³ se debruçam sobre essa fase da vida tornando a juventude uma categoria analítica. Se o problema é identificado nas falhas do processo de socialização e interiorização das normas, ou seja, na produção de jovens desviantes (foco do trabalho da Escola de Chicago, durante as primeiras décadas de 1900), Mannheim positiviza a imagem dos jovens inquietos e “marginais”:

*A função específica da juventude é a de um agente revitalizador. [...] eles ou elas não tomam a ordem estabelecida como indiscutível e não têm interesses comprometidos. [...] ser jovem significa, fundamentalmente ser um homem marginal, em muitos aspectos um estranho.*¹⁴

Essa dualidade na imagem da juventude, enquanto marginal ou “agente revitalizador”, como veremos, é retomada em anos recentes quando à imagem do jovem-problema se contrapõe a do jovem-solução, seguindo a ideia de que é possível canalizar as inquietações juvenis (difusas e não ideologicamente definidas) para que sejam colocadas a serviço dos processos de democratização e desenvolvimento social.

No Brasil, no campo da sociologia, foram pioneiros os estudos da Marialice Foracchi sobre a juventude engajada no movimento estudantil, protagonista de importantes lutas políticas contra a ditadura militar nas décadas de 70-80. Mas, evidentemente existe uma distância social entre esses jovens universitário, oriundos das classes favorecidas da população, e os jovens-problema, pobres, negros, moradores de favelas e periferias. Se a inquietação dos primeiros é saudada positivamente, enquanto impulsiona a renovação da democracia¹⁵, a falha no processo de integração social dos segundos representa, para acadêmicos e gestores, um problema social.

Do ponto de vista das chamadas “políticas públicas”, o interesse por essa faixa populacional é bastante recente. No bojo do processo de redemocratização, um amplo

¹⁰ Abramo, Helena Wendel (1994). *Cenas juvenis: punk e darks no espetáculo urbano*, São Paulo: Scritta.

¹¹ Camarano, M. A. (Org.) (2006). *Transição para a vida adulta, ou vida adulta em transição?* Brasília: IPEA.

¹² Mannheim, Karl (1964). “Funções das gerações novas”. In: Pereira, Luiz; Foracchi, Marialice (Org.) (1964). *Educação e Sociedade*, São Paulo: Cia Editora Nacional, p. 91-97.

¹³ Eisensdtadt, S. N. (1976). *De geração a geração*, São Paulo: Perspectiva.

¹⁴ Mannheim, Karl (1964). Op. Cit., p. 93-97.

¹⁵ Foracchi, M. (1972). *A juventude na sociedade moderna*, São Paulo: Pioneira/Edusp.

processo de luta e reivindicação por direitos desemboca na afirmação da infância e da adolescência (crianças e adolescentes até os 18 anos) como fases da vida que devem ser protegidas e amparadas pela sociedade. A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, simboliza a vitória da chamada “doutrina da proteção integral” que, em campo jurídico, se contrapõe à “doutrina da situação irregular” vigente até então. Todo um arcabouço institucional (conselhos paritários, juizados, secretarias de governo, instituições sociais de “atendimento”¹⁶) e de dispositivos de intervenção (projetos e programas, conduzidos por agentes públicos e privados) coloca em prática, ou, pelo menos, tenta colocar em prática, a afirmação de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos¹⁷.

Vários analistas se debruçaram sobre as falhas no processo de efetivação desses direitos, em particular no que diz respeito ao processo de ressocialização dos adolescentes privados de liberdade e à concretização das “redes de proteção integral” que deveriam atender crianças e adolescentes em situação “de risco”¹⁸. Uma das questões problemáticas colocadas, inicialmente, pelos agentes do chamado “atendimento direto” é o fato de que cumprindo os 18 anos de idade os adolescentes são obrigados a sair de programas e projetos: perdem as bolsas, devem parar de participar das atividades (geralmente de “formação”) disponibilizadas pelas entidades da sociedade civil (via financiamento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente e convênios com instituições de governo) ou os programas governamentais. A partir da segunda metade dos anos 90, entidades e gestores começam a se debruçar sobre essa questão, ou seja, sobre o atendimento à faixa da população após os 18 anos¹⁹.

As estatísticas, que cumprem um papel importante na produção de um saber sobre a população que orienta e legitima as tecnologias de governo, como apontou Alain Desrosière²⁰, mostram que a faixa etária entre os 15 e 24 anos deve ser considerada

¹⁶ Uma excelente análise sobre as formas de funcionamento desses programas foi realizada, em sua tese de doutorado, por Viana, 2010.

¹⁷ Cury, Munir; Silva, A. F.; Mendez, E. G (Coord.) (2006) *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado – Comentários Jurídicos e Sociais*, São Paulo: Malheiros.

¹⁸ Silva, M.L. (2011). *Entre proteção e punição; o controle sociópenal dos adolescentes*, São Paulo: Ed. Unifesp e Feltran, G. (2011). *Fronteiras da Tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo*, São Paulo: Ed. UNESP; CEM; CEBRAP.

¹⁹ Brenner, Ana Karina; Lanes, Patricia; Carrano, Paulo César (2005). “A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas”. In *Jóvenes Revista de Estudios sobre Juventud*, México: Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud, Instituto Mexicano de la Juventud, Año 9, n. 22, p. 194-211, enero/jun.

²⁰ Desrosière, A. (2003). «Historicizer l'action publique: l'Etat, le marché et les statistiques». In Laborier P.; Trom, D. (Ed.) (2003). *Historicité de l'action publique*, Paris: PUF, p. 207-221.

como a mais “problemática” do ponto de vista da manutenção da ordem social. Nesse segmento populacional se concentram os indivíduos que estão fora das principais instâncias de socialização²¹, a escola e o trabalho, e que vivem, em sua maioria, em famílias “desestruturadas”. São os pobres, negros, moradores das periferias, que engrossam as fileiras dos encarcerados, compõem as estatísticas sobre morte violenta²², as “recrutas dos perturbadores da ordem” dos quais fala Blanqui.

A partir da segunda metade dos anos 90, no Brasil, a questão da juventude passa a ocupar um lugar de destaque no âmbito da chamada “questão social”. Alguns fatos de grande repercussão midiática contribuem para motivar essa atenção: o assassinato do índio Galdino em Brasília em 1997, o sequestro do ônibus 174 por um sobrevivente da chacina da Candelária em 2000²³. É importante notar que isso acontece num período histórico distinto, com relação ao período em que as atenções eram voltadas sobre a população de crianças e adolescentes. Se tomarmos como marco temporal da atenção sobre a juventude a criação da Secretaria Nacional de Juventude, em 2004, passaram-se mais de 20 anos desde a aprovação do ECA, anos de afirmação da racionalidade neoliberal, de auge das políticas de “ajuste estrutural”: flexibilização e precarização das relações de trabalho, financeirização da economia, privatização das estatais, dentre outras transformações que afetam, em particular, o mundo do trabalho. No âmbito político, as questões sociais deixaram de ser formuladas segundo a “gramática dos direitos”²⁴ que vigorou, no país, na época do processo de redemocratização. As palavras de ordem, agora, são outras: parcerias público-privado, *accountability*, ênfase sobre a eficácia e eficiência das intervenções medidas através de indicadores de custo-benefício. O modelo da gestão empresarial contamina o trabalho social. Toda uma gramática e um saber “técnico” são introduzidos para nomear as questões, orientar a elaboração dos “projetos”, o enfrentamento das “emergências” provocadas pelas populações “a risco”, saber que é patrimônio de especialistas, preferivelmente formados nos cursos de administração. O “ciclo dos projetos” torna-se mais complexo, as entidades se burocratizam, precisando dar

²¹ cf. a pesquisa desenvolvida no âmbito do chamado “Projeto Juventude” - Abramo, Helena Wendel; Branco, Petro Paulo Martoni (Org.) (2005), *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo.

²² Cf. as sucessivas edições dos Mapas da violência, realizados pela UNESCO, disponíveis em: mapadaviolencia.org.br.

²³ Sposito, M. P. (2009). *Estudo sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006)*, Belo Horizonte: Autêntica.

²⁴ Telles, V. (2001). *Pobreza e cidadania*, São Paulo: Ed. 34.

conta do “planejamento estratégico”, da quantificação do público alvo, da descrição detalhada dos “resultados esperados” e “alcançados”, das planilhas para a prestação de contas, dos indicadores de avaliação²⁵.

O trabalho dos integrantes do CENEDIC (Centro de Estudos dos Direitos de Cidadania, coordenado pelo sociólogo Chico de Oliveira) discutem com precisão essas mudanças, que provocam o que eles definem um “esvaziamento do campo da política”²⁶. A contaminação e predominância da racionalidade empresarial é discutida também no campo do urbanismo, no trabalho, por exemplo, de Carlos Vainer, Herminia Maricato, Otilia Arantes²⁷.

Gabriel Feltran, em sua pesquisa de doutorado²⁸, mostra em detalhe o deslocamento que acontece, no arco desses últimos 20 anos, no âmbito da atenção às crianças e adolescentes, tendo como ponto de observação um típico dispositivo pautado segundo a lógica da “garantia dos direitos”, um Centro de defesa. Desenvolvendo inicialmente um trabalho centrado na denúncia das violações de direitos e na reivindicação por políticas públicas, a organização passa sucessivamente a atuar através da multiplicação de projetos e instâncias de “atendimento direto”, para suprir as falhas da “rede de proteção integral”.

Retomando nossos argumentos sobre o surgimento da “questão juvenil” no Brasil, notamos também que os agentes, no caso da juventude, são outros. Se no campo da criança e do adolescente o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) teve um papel significativo para animar e financiar movimentos, transformações institucionais, produção de conhecimentos, mudanças de paradigmas, lobby políticas²⁹, no campo da juventude outro organismo internacional teve um papel de destaque. É a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) que realiza e publica pesquisas que se tornam referência (em particular, o Mapa da Violência, que teve

²⁵ Tommasi, L. (2012) “Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal”. In *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5, n. 1, p. 101 – 129 e Vianna, Catarina. (2010). *Os Enleios da Tarrafa: Etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

²⁶ Oliveira, F.; Rizek, C. S. (Org.) (2007). *A era da indeterminação*, São Paulo: Boitempo.

²⁷ Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. (2002). *A cidade do pensamento único*, Petrópolis, RJ: Vozes.

²⁸ Feltran, G. (2011). *Fronteiras da Tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo*, São Paulo: Ed. UNESP; CEM; CEBRAP.

²⁹ Tommasi, L. (1997). *Em busca da identidade. As lutas em defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil e a questão da participação*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Université de Paris I.

sucessivas edições desde 1998³⁰, propõe modelos de intervenção³¹ e de políticas públicas³²; patrocina viagens internacionais para parlamentares e burocratas do governo, com a finalidade de conhecer “boas práticas” a serem importadas no país.

Nos documentos da UNESCO, a necessidade de focar a população jovem é justificada com dois argumentos: os jovens são muitos (as estatísticas demográficas apontam um considerável aumento, na virada do século, da população jovem) e constituem uma população “vulnerável”. A suposta vulnerabilidade é justificada através de alguns indicadores: envolvimento com a violência, desemprego, gravidez indesejada, fracasso escolar e carências no acesso à cultura e ao lazer.

Segundo dados do Censo demográfico de 2000, a população jovem de 15 a 24 anos é composta de mais de 34 milhões, número que, por si só justifica, de forma incontestável, a necessidade de políticas específicas. Além disso, nos tempos atuais, os jovens têm se destacado como uma população vulnerável em várias dimensões, figurando com relevo nas estatísticas de violências, desemprego, gravidez não desejada, falta de acesso a uma escola de qualidade e carências de bens culturais, lazer e esporte. Este quadro desperta preocupações³³.

No âmbito das “boas práticas” propostas pela UNESCO como modelos de prevenção e ressocialização, um lugar de destaque é dado àqueles que propõem envolver os jovens em atividades ligadas à chamada “arte e cultura”. Voltarei sobre esse ponto mais adiante.

As fundações empresariais, que se multiplicam no Brasil a partir da segunda metade dos anos 90³⁴, atualizando as práticas da filantropia (sem, contudo, mudar a racionalidade que as orienta) também ocupam um lugar significativo no campo da juventude, no contexto de ações supostamente dirigidas a “combater à pobreza”, uma questão que volta a ser objeto de preocupação e intervenção³⁵.

³⁰ Waiselfisz, Julio Jacobo (Coord.) (1998). *Mapa da violência contra os jovens do Brasil*, Rio de Janeiro: Garamond.

³¹ Castro, M. G. (Org.) (2001). *Cultivando Vidas, Desarmando Violências*, Brasília: UNESCO.

³² Castro, M. G.; Abromovay, M. (2004). *Políticas Públicas de/para/com Juventudes*, Brasília: UNESCO.

³³ *Ibidem*, p. 15.

³⁴ Paoli, Maria Celia (2002). “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In Santos, Boaventura Souza (Org.) (2002). *Democratizar a democracia*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 373-418.

³⁵ Kliksberg, Bernardo. (Org.) (1993). *Pobreza: um tema impostergable: nuevas respuestas a nivel mundial*, Mexico: Fondo de Cultura Económica/CLAD/PNUD e Fundação Kellogg (2001). *As Novas Direções da Programação Estratégica*, São Paulo (mimeo).

Dois dispositivos são centrais nas novas estratégias de governo da população pobre³⁶: a territorialização das ações e a implicação dos operadores nativos. Mais uma vez, importamos “tecnologia social” do exterior. Nas palavras precisas do sociólogo inglês Nikolas Rose³⁷, uma nova territorialização das estratégias de governo é produzida: comunidades, múltiplas e fragmentadas, vêm substituindo a centralidade da sociedade, tornando-se objeto e sujeito de governo (assim como, segundo Donzelot, a família se tornou sujeito e objeto de governo durante o Antigo Regime)³⁸. No interior da comunidade, os afiliados devem “empreender” a vida como uma escolha ativa.

*O governo que se realiza por meio da ativação das capacidades, energias e escolhas individuais, através da moralidade pessoal no interior de uma comunidade dada, é contraposto à centralização, paternalismo e incapacidade do governo social.*³⁹

O governo através da comunidade, envolvendo os operadores nativos, é supostamente mais eficiente e eficaz, pois é na comunidade local que devem ser encontrados os recursos para enfrentar e solucionar os problemas sociais. Alias, a sobrevivência dos pobres no meio (ou por meio) de adversidades e precariedades (a celebrada “resiliência”) é prova de suas capacidades criativas e “inovadoras”, capacidades que precisam somente ser ativadas e suportadas, através de projetos pontuais e de baixo custo.

Promovidos por fundações empresariais, os projetos (artefatos típicos da tecnologia de governo contemporânea) visam o “desenvolvimento local” e a promoção da “sustentabilidade”. Estruturação do campo de ação possível, disposição das coisas, reterritorialização promovida pela “nova filantropia” que, como já notamos, reativa os antigos preceitos da filantropia. Em 1836 o Ministro francês Duchâtel assim os enunciava: “Filantropos, vocês que querem melhorar a condição de seus próximos, lembrem sempre aos pobres que seu destino está em suas próprias mãos. A melhor coisa que vocês podem fazer para eles é ensinar-lhe a viver sem a ajuda de vocês”.⁴⁰ Ideia que, entre nós, ficou popular através do ditado “não dar o peixe e sim ensinar a pescar”.

³⁶ Procacci, G. (1993). *Gouverner la misère. La question social en France (1979-1848)*, Paris: Seuil.

³⁷ Rose, Nikolas.(1996). “The death of the social? Re-figuring the territory of government”. In *Economy and Society*, v.25, n.3, p. 327-356.

³⁸ Donzelot, J. (1986). Op. Cit., 49.

³⁹ Rose, Nikolas (1996). Op. Cit., p. 335.

⁴⁰ M. T. Duchatêl apud Ewald, François (1986), *L'Etat Providence*, Paris: B. Gasset, p. 72.

Ao risco de acomodação na dependência com relação ao Estado (um Estado de Bem-Estar que, no Brasil, nunca chegou a ser efetivado), substituiu-se a exigência de “arregaçar as mangas”, “correr atrás”, tornar-se um empreendedor de si mesmo, implicar-se na tarefa de alcançar os objetivos do progresso, agora chamado de “desenvolvimento local sustentável”. Mobilizar a sociedade, reforçar e potencializar o tecido associativo, reativar o sentido de responsabilidade, individual e coletiva, multiplicar os que Donzelot chama de “procedimentos de implicação”⁴¹ dos agentes sociais na gestão dos riscos da vida econômica e social. Não se trata de diminuir, ou substituir a ação do Estado, e sim de ramificar, disseminar, multiplicar sua ação através do tecido associativo. Não um “Estado mínimo” e sim um “Estado-animador”⁴².

É nesse contexto que cai como uma luva a ideia de “protagonismo juvenil”, importada no Brasil por um dos especialistas mais respeitados da área da criança e do adolescente, membro do grupo de redação do ECA, Antonio Carlos Gomes da Costa, difusor, entre nós, de conceitos e paradigmas teóricos elaborados no âmbito das agências das Nações Unidas, que se tornou consultor de muitas fundações empresariais. Para o Instituto Odebrecht, Antonio Carlos elabora, em 1996, um texto intitulado: “*Protagonismo juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática*”, onde a imagem dos “jovens-problema” é substituída pela ideia de que os jovens são “parte da solução” dos problemas sociais⁴³. Ou seja, suas forças, energias, desejos de transformação e até sua suposta “rebeldia” potencial podem e devem ser ativados e utilizados em prol da melhoria das condições de vida e do enfrentamento dos muitos problemas que perpassam a sociedade brasileira, tanto no campo como nas cidades.

Através da ideia de protagonismo a ênfase é colocada sobre a ativação das capacidades dos jovens, a positividade de suas energias e “inquietações”, sua responsabilização no âmbito da “comunidade local”. O termo “protagonismo” é utilizado como sinônimo de boa cidadania: conduzir-se segundo as normas de solidariedade, compromisso com os outros, envolvimento com as causas sociais. Ser um indivíduo ativo e responsável no âmbito da própria comunidade, dentro da qual se compartilham objetivos e um destino comum, independentemente da classe social de origem. Assim, os jovens são incentivados e instruídos a “elaborar projetos” e inserir-se, dessa forma, no

⁴¹ Donzelot, J. (1994). *L'invention du social*, Paris: Ed. du Seuil, p. 183.

⁴² *Ibidem*, p. 260.

⁴³ Costa, A. C. G. (2004). *Protagonismo Juvenil: o que é e como praticá-lo*. Disponível in: <<http://www.abdl.org.br/article/static/394>>. Acesso em: 15 set. 2012.

mercado do trabalho social; mercado, cabe salientar, altamente competitivo. Donzelot, fala, a esse propósito, de um “social de competição”⁴⁴.

O “protagonismo juvenil” é o emblema da representação dos jovens-solução, matriz discursiva, motivação e, tautologicamente, finalidade dos programas sociais acionados tanto pelos governos como pelas organizações sociais, até hoje⁴⁵.

Quero destacar ainda um outro aspecto que, a meu ver, coadjuvou para o sucesso e a vitalidade da ideia de “protagonismo juvenil”. Alguns trabalhos acadêmicos, visando problematizar e questionar a imagem dos jovens-problema, tinham se debruçado sobre as formas de organização, expressão, ocupação de espaços públicos por parte de grupos juvenis, especificamente na área da cultura. Um conjunto de autores brasileiros e latino-americanos indagou as práticas desses grupos⁴⁶. Assim, o campo dos estudos sobre juventude, distanciando-se dos temas até então abordados pelo campo da criança e do adolescente (os adolescentes envolvidos com a violência e a criminalidade) focalizou, ao invés, a efervescência dos grupos culturais, em particular aqueles ligados à cultura hip-hop, que politizam a afirmação de uma maneira de ser e de estar no mundo, questionando a ordem vigente.

“Atrair” os jovens (ou, mais especificamente no Rio de Janeiro, ganhar a “disputa com o tráfico”) através da proposição de cursos, cursinho e atividades variadas de “arte e cultura” (cursos de DJ, break dance, capoeira, grafite, fotografia, teatro, música, artes visuais) virou a receita aplicada por projetos públicos e privados dirigidos aos jovens no último decênio⁴⁷. Se na época dos projetos voltados às crianças e adolescentes a ênfase era colocada sobre a formação e a orientação para o trabalho, agora a aposta é ativar as capacidades criativas dos jovens. A arte é utilizada como “arma”, como instrumento dessa ativação, como antídoto⁴⁸. As imagens dos jovens de periferia que dançam, tocam, ou

⁴⁴ Donzelot, J. (2008). “Le social de compétition”. In *Esprit*, p. 51-77, nov.

⁴⁵ Sposito, M.P.; Carvalho-Silva, H.H.; Souza, N.A. (2006). “Um balanço preliminar das iniciativas públicas voltadas para os jovens em municípios de regiões metropolitanas”. In *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n.32, p.238-257.

⁴⁶ cf., entre outros, Abramo, Helena Wendel (1994). Op. Cit.; Carrano, Paulo Cesar. (2002). *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*, Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ; Dayrell, Juarez. (2005), *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*, Belo Horizonte: Ed. UFMG; Reguillo, Rossana (2000). *Emergencia de culturas juvenis: estrategias del desencanto*, Bogotá: Grupo Editorial Norma.

⁴⁷ Sposito, M.P. (Org.) (2007). *Espaços públicos e tempos juvenis*, São Paulo: Global.

⁴⁸ Um evento nos parece, nesse sentido, paradigmático: a realização de “O Antídoto – Seminário Internacional de Ações Culturais em Zonas de Conflito”, evento organizado pelo Instituto Itaú Cultural em parceria com a ONG AfroReggae, que “aborda a força da arte e da cultura no combate à violência, seja em

fazem teatro é amplamente difundida nos sites que divulgam as ações de ONGs, fundações e associações. Basta lembrar, em tempos recentes, o sucesso da chamada “batalha do passinho”, divulgada amplamente pela mídia e em particular pela Rede Globo, e patrocinada pela Coca Cola (entre outras empresas). Assim, os chamados “jovens de projeto”⁴⁹ são, geralmente, portadores de alguma habilidade em campo artístico e/ou comunicativo.

Antes de passar ao próximo tema de meus estudos, quero ainda destacar uma outra característica do campo da juventude: a ênfase sobre a diversidade das condições de vida dos jovens. Diversidade que procura-se inventariar, no âmbito das agências do governo, a fim de mostrar a vontade, “politicamente correta”, de responder às demandas colocadas pelos *diferentes* grupos populacionais: jovens-mulheres, jovens-afrodescentendentes, jovens-rurais, jovens-deficientes, jovens-indígenas ... Em consonância com a centralidade adquirida pelas “políticas de identidade”, a cada grupo é atribuída uma “identidade” específica⁵⁰. Assim, como a UNESCO sugere, o termo juventude passa a ser empregado no plural, ou seja, juventudes.

2. Manifestações culturais e criatividade nas periferias

O meu segundo campo de indagações se inicia, de forma mais ocasional, em São Paulo, onde, durante a primeira década do século XXI, se assiste a uma multiplicação de iniciativas culturais na e da periferia. A grande variedade de saraus, grupos de teatro, rodas de samba, cineclubes, bandas de rap, grafites, que acontecem nos territórios periféricos, mostram que nas periferias há uma efervescente produção artística⁵¹. A “Agenda Cultural da Periferia”, editada todo mês pela ONG Ação Educativa, é um excelente instrumento para acompanhar essa intensa programação.

zonas devastadas pela guerra, seja em conflitos urbanos ou rurais”. Na programação da 5ª edição do evento (que aconteceu em São Paulo de 4 a 28 de julho de 2009), constam um debate sobre a produção do documentário “Falcão” de MV Bill, o lançamento do livro “A cultura é a nossa arma” do AfroReggae e um debate sobre experiências similares realizadas em “territórios em guerra” de outros países e continentes.

⁴⁹ Sobrinho, A. (2012). “*Jovens de projetos*” das ongs: de público alvo a trabalhadores do “social”. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

⁵⁰ Sobre os acionamentos identitários para finalidades políticas, ou seja, as chamadas “políticas de identidade” tem uma importante discussão crítica (cf. Fraser, 2002 e Gilroy, 2007).

⁵¹ cf. Leite, E. (2008). *Boletim Juventude em Cena*, São Paulo: Ação Educativa; D’Andrea, T. (2013). *O sujeito periférico*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo; Tommasi, L. (2013a). “Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político”. In *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 11-34, jan./abr.

Em recente trabalho sobre essa cena artística periférica, o sociólogo Tiaraju d'Andrea elenca alguns dos fatores que explicariam a multiplicação dessa produção cultural periférica: a difusão dos cursos de arte e cultura promovidos pelos projetos sociais; a disponibilidade de financiamentos públicos (na forma de editais – especificamente, em São Paulo, o VAI-programa de Valorização das Iniciativas Culturais, um fundo municipal ao qual os coletivos podem ter acesso mesmo sem ter CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica); o desencantamento com as formas da política instituídas e em particular com o projeto político lulista⁵².

A efervescência cultural da periferia paulista tem conseguido conquistar um lugar na mídia e no mercado: dentre outros canais de difusão, podemos citar as quatro edições especiais da revista Caros Amigos sobre literatura marginal, entre 2001 e 2004, o quadro do escritor Alessandro Buzo no programa Manos e Minas da TV Cultura e depois no SPTV da Rede Globo, a coleção da editora Global dedicada à Literatura Periférica, as três edições da Mostra e Seminário “Estética da Periferia”, entre 2011 e 2013. Do ponto de vista político, essa efervescência representa, sem dúvida, um saldo significativo, tanto pela afirmação de novas formas organizativas (os coletivos e as redes territoriais através dos quais os artistas se organizam), como pela reivindicação positiva do pertencimento territorial (através de expressões como “periferia é periferia em qualquer lugar” e “o mundo é diferente da ponte para cá” – letras de rap dos Racionais MC, o grupo de rap emblema da resistência periférica): a periferia é, assim, valorizada como lugar onde se produz cultura, e não somente violência e marginalidade. Mas, essa valorização, a difusão na mídia e o sucesso no mercado comportam, evidentemente, o risco da instrumentalização. Mais evidente no caso do Rio de Janeiro, como argumento a seguir, no âmbito da produção de um novo regime discursivo sobre a cidade.

Como já notei, através dos projetos sociais as práticas artísticas são instrumentalizadas como um meio (para tirar os jovens da ociosidade e do perigo) e perdem força como possibilidade de expressão de “sujeitos falantes”, como “recomposição da paisagem do visível, da relação entre o fazer, o ser, o ver e o dizer” que reconfigura a “partilha do sensível”⁵³.

O uso da cultura para solucionar problemas sociais não é uma invenção brasileira. George Yúdice comenta a respeito dessa instrumentalização da arte nos Estados Unidos:

⁵² D'Andrea, T (2013). *O sujeito periférico*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 187-193.

⁵³ Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*, São Paulo: Ed. 34, p. 68-69.

“melhorar a educação, abrandar a rixa racial, ajudar a reverter a deterioração urbana através do turismo cultural, criar empregos, diminuir a criminalidade [...] os artistas estão sendo levados a gerenciar o social”⁵⁴. No Brasil, essa instrumentalização é sem dúvida mais acentuada no Rio de Janeiro, onde um conjunto de ONGs, que monopolizam volumes significativo de recursos, hegemonomizam práticas e discursos através dos quais o envolvimento dos jovens com a “arte e cultura” (na forma de cursos, oficinas de produção, espaços de exibição) se torna um dispositivo de gestão da população jovem favelada⁵⁵. A ideia é, através da “arte e cultura” combater o envolvimento dos jovens com o tráfico. Essa receita é, inclusive, vendida no exterior: a ONG Central Única das Favelas (CUFA) hoje está presente, além do que em todos os estados brasileiros, em 10 países no exterior, enquanto a ONG Afroreggae trabalha em Londres através de um convenio com a London School of Economics (LSE). Pesquisadores dessa Universidade, em parceria com a UNESCO, a Fundação Itaú Cultural, a CUFA e o Afroreggae, são responsáveis pela pesquisa “Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em comunidades marginalizadas” que, segundo seus coordenadores, “proporcionou uma clareza inovadora quanto ao entendimento do que é preciso para ajudar as pessoas a se erguerem e superarem a pobreza e a exclusão social”. O intuito da pesquisa é procurar identificar, apoiar e divulgar o trabalho dos indivíduos “criativos” que fizeram da “arte de se virar” e de sua capacidade de resistência às adversidades o ingrediente fundamental de seu sucesso profissional. Dar “visibilidade ao invisível”, promover o “desenvolvimento a partir de baixo”, dar projeção ao “estilo de vida das favelas” são os objetivos citados pelos responsáveis da pesquisa.

A celebração da criatividade presente nas favelas não é algo novo, no Rio de Janeiro. É na favela que surgiu o samba, um dos principais símbolos da cultura brasileira. Assim, a imagem da favela como lugar da “autenticidade”, da riqueza cultural, da sonoridade do samba, da inventividade popular, sempre andou junto, nas representações sociais da cidade, com seu reverso negativo: a favela como problema social caracterizado pela sujeira, a promiscuidade, a bandidagem de seus moradores.

⁵⁴ Yúdice, G. (2006). *A conveniência da cultura: uso da cultura na era global*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 29.

⁵⁵ Velazco, D. (2012). *Intervenções sociais ligadas à juventude e a produção da “Cidade Integrada” no Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Cidade e Alteridade, UFMG, 25-28 de setembro.

Com o advento dos grandes projetos de “requalificação urbana” que projetam a cidade do Rio de Janeiro na cena mundial como capital dos megaeventos, começou também um processo de “requalificação discursiva”. O processo de “pacificação”, ou seja, a ocupação militar das favelas através das “Unidades de Polícia Pacificadora”⁵⁶ enfatiza a ideia de “integração” da favela com o asfalto, de superação da “cidade partida”. É nesse contexto que a celebração da favela como berço da criatividade, da inovação, do empreendedorismo ganha um novo e decisivo alento. A criatividade em campo artístico-cultural presente nas favelas é valorizada no âmbito de um investimento significativo na chamada “economia criativa”, operado, dentre outros, pelo governo do Estado através do Programa de Desenvolvimento da Economia Criativa. Uma das ações do Programa prevê “Promover o empreendedorismo cultural nas comunidades pacificadas e com baixo IDH da capital e demais regiões do Estado” (Decreto n. 44.159). Segundo dados da FIRJAN (Federação das Industrias do Estado do Rio de Janeiro), a cadeia da indústria criativa representa 17,8% do PIB do Estado (cerca de R\$ 54,6 bilhões) e emprega 82 mil pessoas.

São inúmeras, atualmente, as iniciativas voltadas a valorizar as capacidades supostamente “naturalmente criativas” presentes nas favelas. Nesse quadro, é preciso indagar: de que forma, através dessa valorização, o lugar dos subalternos na cidade é reconfigurado? Trata-se de uma efetiva emancipação rumo a uma maior igualdade social, econômica e política? Ou de uma celebração que alimenta o valor mercadológico de produtos e produtores sem alterar a relação de subalternidade?

Como notamos em outro trabalho⁵⁷, os que produzem arte e criam espaços culturais nas periferias estão constantemente interrogando o lugar social e político que ocupam, procurando se manter em equilíbrio entre o mercado, a instrumentalização no âmbito da gestão da população periférica e o agir político de resistência. A busca pela independência econômica é, sem dúvida, uma preocupação central, para não ter que “se vender”, parar de “correr atrás” dos editais (dos governos ou do setor privado) que

⁵⁶ Cf. Malaguti, V. (2011). *O Alemão é muito mais complexo*. Texto apresentado no 17º Seminário Internacional de Ciências Criminais em São Paulo – 23/07. Disponível em: <http://www.labes.fe.ufrj.br/arquivos/Alemao_complexo_VeraMBatista.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012.

⁵⁷ Tommasi, L. (2013b). “Tubarões e Peixinhos: histórias de jovens protagonistas”. In *Educação e Pesquisa*, São Paulo: USP. Disponível na versão Ahead of print em: <<http://www.educacaoepesquisa.fe.usp.br/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

formatam suas atividades e os colocam numa situação de competição, para manter a autonomia de seus espaços de resistência.

3. A favela “pacificada” e o empreendedorismo

Por fim, em minha terceira pesquisa, de caráter etnográfico, fui observar o que estava acontecendo numa favela carioca (Cidade de Deus) após a chamada “pacificação”. No lugar do que encontrar os esperados “serviços públicos” que supostamente deveriam se instalar nos territórios finalmente “liberados” do controle do tráfico, encontrei, além da arbitrariedade do controle e repressão policial, uma grande quantidade de iniciativas variadas voltadas a estimular o chamado “empreendedorismo” por parte do setor privado (em particular, os agentes dos bancos privados), do setor público-privado (o SEBRAE), do privado não lucrativo (ONGs).

Os comerciantes locais são incentivados a se legalizar (através da figura do MEI - Micro Empreendedor Individual) e acessar as muitas oportunidades de créditos oferecidas por Bancos e fundos públicos de micro crédito; jovens recebem formação para criar seus empreendimentos sócio-culturais; mulheres são capacitadas para abrir seu negócio através de programas financiados por fundações internacionais. “*Mais do que reclamar, a favela precisa se organizar para poder aproveitar essas oportunidades*” comenta o empresário de favela Celso Athayde⁵⁸

As virtudes empreendedoras dos pobres e favelados são exaltadas em publicações, palestras, matérias de jornais. É a “potencia da favela” da qual fala com insistência um dos “novos cariocas”⁵⁹, Marcus Faustini, idealizador da “Agencia de Redes para a Juventude”, mais uma iniciativa (premiada e celebrada) que pretende incentivar os jovens pobres a realizar projetos sociais.

A favela representa, sem dúvida, um grande mercado consumidor que a “pacificação” desbrava. Para explorar esse mercado, o produtor cultural Celso Athayde (co-fundador da CUFA junto com o raper MVBil), um exemplo de sucesso para os empreendedores das favelas, acaba de fundar a Favela Holding (F Holding), guarda-chuva que reúne dez empresas que atuam exclusivamente em favela, com ações que vão da pesquisa (o Data Favela) às festivais de MMA.

⁵⁸ entrevista publicada em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130321_favela_shopping_cq_ac.shtml.

⁵⁹ Souza, J.; Barbosa, J.; Faustini, M.V. (2012). *O novo carioca*, Rio de Janeiro: Mórula.

“A F Holding é uma holding (espécie de sociedade) de empresas que tem o objetivo de trazer oportunidades de negócios em que a favela é a protagonista, seja na produção de empregos, seja (no estímulo) ao empreendedorismo”⁶⁰.

A atividade principal do grupo empresarial vai ser a construção de seis Shopping Centers em favelas, (com recursos, inclusive, do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento).

“Eu sou pós-graduado em favela, uma autoridade nesse assunto, e isso tem um valor” diz Athayde. Ele, “nascido e criado na favela”, já morou na rua, num abrigo público e foi camelô. Experiências que agora pode explorar, positivar, tornar recursos, virando um “especialista” em favela.

O jornalista Gilberto Dimenstein comentou durante uma palestra na Faculdade Getúlio Vargas que o Brasil do século XXI é a junção do poder econômico, do poder intelectual e do poder comunitário. Ou seja, a valorização do saber das classes populares é agora valorizado e incentivado pelo *establishment*. Ao que parece, estamos assistindo a um reconhecimento tardio dos preceitos da educação popular sobre a valorização do saber popular, gerado na experiência e nas práticas. Há, inclusive, uma conjunção entre o que chamei de “empreendedorismo de base comunitária” e o campo da ecologia. Em tempo de crise, esse “capital comunitário” (ou, nas palavras de Gilberto Dimenstein, “poder comunitário”) deve ser valorizado, enquanto permite encontrar soluções mais adaptadas ao meio e de baixo custo.

De novo, cabe destacar que considerar os moradores de favelas como “naturalmente criativos” não é uma invenção brasileira. No filme indiano “Quem quer ser um milionário” o protagonista mostra como foram justamente as adversidades e os dramas da vida que lhe propiciaram as aprendizagens e o saber que lhe permite ganhar um prêmio milionário num programa de televisão. O conceito de resiliência, em voga entre empresários do social e psicólogos da área da infância e adolescência, expressa justamente a ideia de que, apesar, ou melhor, graças às adversidades, os indivíduos podem ter sucesso na competição da vida.

A realização da FLUPP, Feira Literária das UPP, é um bom exemplo de como a celebração da criatividade e do talento artístico da população pobre vai junto com o processo de militarização das favelas. Na Feira, os jovens (favelados ou policiais) podem

⁶⁰ Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130321_favela_shopping_cq_ac.shtml.

dar provas de seu talento artístico. Os policiais das UPP exploram também suas atitudes artísticas dando aula de música e dança.

Por outro lado, os projetos sociais incentivam os jovens a se tornar produtores culturais, já que, com a ocupação militar, o tráfico não pode mais ser o organizador e patrocinador desse tipo de atividades. Os bailes funk estão proibidos ou fortemente controlados. Há, portanto, um vazio de atividades de lazer que deve ser preenchido, inclusive porque a movimentação que acompanha as festas traz lucros para o comércio local (em crise porque, antes, lucrava sobretudo com o dinheiro que o tráfico fazia circular).

Criminalização, repressão e, por outro lado, incentivo e promoção. Estratégias que remetem, segundo M. Foucault, a tecnologias de poder distintas: o poder da lei que proíbe e da disciplina que prescreve, visando o controle de um território e do corpo dos indivíduos, por um lado, e a governabilidade, o poder que se exerce sobre uma população, ativando e incentivando suas características “naturais”. Nas palavras de Foucault: a população “vai ser considerada um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural”⁶¹. O poder, nesse sentido, não é somente repressor; ele é também produtor, incentivador, liberador. As distintas tecnologias de poder, o poder soberano, o poder disciplinar, e a governabilidade (ou seja, a condução das condutas) como o mesmo Foucault observa⁶² se sobrepõem e convivem.

Evidentemente, são poucos os jovens periféricos que conseguem quebrar o cerco e se inserir no mercado das atividades culturais, virando cineastas, produtores culturais, atores, dançarinos e inclusive, consultores de algum programa da Globo⁶³. Carismáticos, vivazes, e expertos na arte de “correr atrás” das oportunidades, esses seriam inclusive os que, em outras épocas, poderiam ser recrutados pelos movimentos políticos e virar lideranças. Acusados de “se vender” ou “se fazer cooptar” pelas antigas lideranças locais, a maioria desses jovens acaba perdendo os laços com seus vizinhos e amigos da “comunidade”. Enquanto isso, o destino reservado à grande maioria dos jovens pobres de favelas e periferias continua sendo a “falta de oportunidades”, a repressão policial, a expulsão da escola, a falta de qualificação, o desemprego ou subemprego altamente

⁶¹ Foucault, M. (2008). *Segurança, Território e População*, São Paulo: Martins Fontes, p. 92.

⁶² *Ibidem*, p. 141-143.

⁶³ Um ótimo testemunho, a esse respeito, é o filme “Cidade de Deus – 10 anos depois” que conta a trajetória dos atores, todos moradores de favelas, do premiado filme.

explorado. Ainda nos surpreendemos porque, de vez em quando, alguns deles dão vazão a séculos de opressão, repressão e descaso quebrando os símbolos do capitalismo, da festa do consumo da qual não podem participar. “Azar” deles que, ainda, não conseguiram “aproveitar as oportunidades” que a “pacificação” da favela supostamente abriu no âmbito da “cidade-empresa”⁶⁴. A responsabilidade pelo seu fracasso recai unicamente sobre eles mesmos.

Dessa forma, o governo da população jovem opera através da responsabilização individual, do incentivo à criatividade individual colocada a serviço da “comunidade”; cada um é responsável pelo seu processo de inserção social no âmbito da comunidade local. Não existe solidariedade de classe, pois um dos preceitos do empreendedorismo é a competição. Nada a se cobrar do Estado, já que cada um é responsável pelo seu destino, cada um deve investir no aprimoramento de suas capacidades naturais, “correndo atrás das oportunidades” oferecidas pontualmente por uma galáxia de “projetos”, sempre precários e de curta duração. A insistência sobre a territorialização das ações, inclusive, impede a ruptura da segregação espacial e simbólica (já operada pelos dispositivos atuados pelas organizações criminais nas favelas)⁶⁵.

Por outro lado, a suposta valorização das distintas “identidades” também opera no sentido de uma segmentação da população. Cada “caixinha identitária” é chamada, inclusive, a competir pelos recursos públicos e privados, argumentando a favor da sua maior “vulnerabilidade” com relação aquela dos outros grupos. São os efeitos das políticas de identidade que clamam pelo reconhecimento e a reparação do dano, em detrimento da redistribuição⁶⁶. Da mesma forma como os territórios fragmentam o espaço da cidade, a ênfase sobre as identidades fragmenta demandas e reivindicações.

A responsabilização individual desresponsabiliza o Estado. Este opera através de dispositivos público-privados, institucionalidades híbridas, trocas de papéis entre agentes da repressão, da assistência e da economia. A cultura é um campo fértil a ser explorado em termos econômicos, como parte da venda da cidade-empresa.

⁶⁴ Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. (2002) . Op. Cit.

⁶⁵ Misse, M. (2012). “Os rearranjos do poder no Rio de Janeiro”. In *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=959> >. Acesso em: 15 set. 2012.

⁶⁶ Cf. Fraser, N. (2002). “A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, p. 7-20, out.

Separar, dividir, classificar. Em especial, os criativos e empreendedores dos descartáveis. Ou, nas palavras de Anete Ivo⁶⁷, os pobres viáveis e os inviáveis. Para os primeiros, cursos, projetos e incentivos para se tornar empreendedores, para ocupar um lugar no mercado, como produtores e/ou consumidores; para os segundos, a dependência de algum programa de transferência de renda (como argumente Anete Ivo) ou, para os menos afortunados, a repressão, criminalização, encarceramento, morte por causas violentas.

Mas, os recentes acontecimentos, as manifestações de protesto que eclodiram no país, sacudiram a poeira do consenso e da celebração do sucesso brasileiro, maculando a imagem da “cidade maravilhosa”. São a prova de que a resistência e a eclosão do conflito são possibilidades sempre abertas. Como argumenta Foucault, a possibilidade de contra-condutas está sempre presente no interior (e nas margens) dos dispositivos de regulação das condutas⁶⁸.

Referências

Abramo, Helena Wendel (1994). *Cenas juvenis: punk e darks no espetáculo urbano*, São Paulo: Scritta.

Abramo, Helena Wendel; Branco, Petro Paulo Martoni (Org.) (2005). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo.

Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. (2002). *A cidade do pensamento único*, Petrópolis, RJ: Vozes.

Brenner, Ana Karina; Lanes, Patricia; Carrano, Paulo César (2005). “A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas”. In *Jóvenes Revista de Estudios sobre Juventud*, México: Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud, Instituto Mexicano de la Juventud, ano 9, n. 22, p. 194-211, enero/jun.

Camarano, M. A. (Org.) (2006). *Transição para a vida adulta, ou vida adulta em transição?* Brasília: IPEA.

Carrano, Paulo Cesar. (2002), *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*, Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ.

⁶⁷ Ivo, A. (2012). O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. In *Cadernos CRH*, v.25, n. 65, p. 187-210, maio/ago.

⁶⁸ Foucault, M. (2008). Op. Cit.

Castro, M. G. (Org.) (2001). *Cultivando Vidas, Desarmando Violências*, Brasília: UNESCO.

Castro, M. G.; Abromovay, M. (2004). *Políticas Públicas de/para/com Juventudes*, Brasília: UNESCO.

Costa, A. C G. (2004). *Protagonismo Juvenil: o que é e como praticá-lo*. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/article/static/394>>. Acesso em: 15 set. 2012.

Cury, Munir; Silva, A. F.; Mendez, E. G (Coord.) (2006) *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado – Comentários Jurídicos e Sociais*, São Paulo: Malheiros.

D'Andrea, T. (2013). *O sujeito periférico*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Dayrell, Juarez. (2005), *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*, Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Desrosière, A. (2003). «Historicizer l'action publique: l'Etat, le marché et les statistiques». In: Laborier P.; Trom, D. (Ed.) (2003). *Historicité de l'action publique, Historicité de l'action publique*, Paris: PUF, p. 207-221.

Donzelot, J. (1986) *A polícia das famílias*, Rio de Janeiro Graal.

_____ (1994). *L'invention du social*, Paris: Ed. du Seuil.

_____ (2008). “Le social de compétition”. In *Esprit*, p. 51-77, nov.

Eisensdtadt, S. N. (1976). *De geração a geração*, São Paulo: Perspectiva, 1976.

Ewald, François. (1986). *L'Etat Providence*, Paris: B. Gasset.

Feltran, G. (2011). *Fronteiras da Tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo*, São Paulo: Ed. UNESP; CEM; CEBRAP.

Foracchi, M. (1972). *A juventude na sociedade moderna*, São Paulo: Pioneira/Edusp.

_____ (2008). *Segurança, Território e População*, São Paulo: Martins Fontes.

Fraser, N. (2002). “A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, p. 7-20, out.

Fundação Kellogg (2001). *As Novas Direções da Programação Estratégica*, São Paulo (mimeo).

Gilroy, P. (2007). *Entre Campos: Nações, Culturas e Fascínio de Raça*, São Paulo: Annablume.

Ibase/Polis (2005). *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas* – relatório final, Rio de Janeiro: Ibase.

Ivo, A. (2012). “O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento”. In *Cadernos CRH*, v.25, n. 65, p. 187-210, maio/ago.

Kliksberg, Bernardo. (Org.). (1993). *Pobreza: um tema impostergable: nuevas respuestas a nível mundial*, Mexico: Fondo de Cultura Economica/CLAD/PNUD.

Leite, E. (2008). *Boletim Juventude em Cena*, São Paulo: Ação Educativa.

Lima, A. C. S.; Castro J. P. M. (2008). “Política(s) Pública(s)”. In: Pinho, O.; Sansone, L. (Ed.) (2008). *Raça: novas perspectivas antropológicas*, Salvador: EDUFBA, p. 141-193.

Malaguti, V. (2011). “O Alemão é muito mais complexo”. In 17. Seminário Internacional de Ciências Criminais em São Paulo – 23/07. Disponível em: <http://www.labes.fe.ufrj.br/arquivos/Alemao_complexo_VeraMBatista.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012.

Mannheim, Karl (1964). “Funções das gerações novas”. In: Pereira, Luiz; Foracchi, Marialice (Org.) (1964). *Educação e Sociedade*, São Paulo: Cia Editora Nacional, p. 91-97.

Misse, M. (2012). “Os rearranjos do poder no Rio de Janeiro”. In *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=959>>. Acesso em : 15 set. 2012.

Oliveira, F.; Rizek, C. S. (Org.) (2007). *A era da indeterminação*, São Paulo: Boitempo.

Paoli, Maria Celia (2002). “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In Santos, Boaventura Souza (Org.) (2002). *Democratizar a democracia*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 373-418.

Procacci, G. (1993). *Gouverner la misère. La question social en France (1979-1848)*, Paris: Seuil.

Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*, São Paulo: Ed. 34.

Reguillo, Rossana (2000). *Emergencia de culturas juvenis: estrategias del desencanto*, Bogotá: Grupo Editorial Norma.

Rose, Nikolas.(1996). “The death of the social? Re-figuring the territory of government”. In *Economy and Society*, v.25, n.3, p. 327-356.

Silva, M.L. (2011). *Entre proteção e punição; o controle sociópenal dos adolescentes*, São Paulo: Ed. Unifesp.

Sobrinho, A. (2012). *“Jovens de projetos” das ongs: de público alvo a trabalhadores do “social”*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Souza, J.; Barbosa, J.; Faustini, M.V. (2012). *O novo carioca*, Rio de Janeiro: Mórula.

Sposito, M.P. (Org.) (2007). *Espaços públicos e tempos juvenis*, São Paulo: Global.

_____. (2009). *Estudo sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006)*, Belo Horizonte: Autêntica.

Sposito, M.P.; Carvalho-Silva, H.H.; Souza, N.A. (2006). “Um balanço preliminar das iniciativas públicas voltadas para os jovens em municípios de regiões metropolitanas”. In *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n.32, p.238-257.

Telles, V. (2001). *Pobreza e cidadania*, São Paulo: Ed. 34.

Tommasi, L. (1997). *Em busca da identidade. as lutas em defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil e a questão da participação*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Université de Paris I.

_____. (2012) “Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal”. In *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5, n. 1, p. 101 – 129.

_____. (2013a). “Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político”. In *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 11-34, jan./abr.

_____. (2013b). “Tubarões e Peixinhos: histórias de jovens protagonistas”. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo: USP. Disponível na versão Ahead of print em: <<http://www.educacaoepesquisa.fe.usp.br/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

Tommasi, L.; Velazco, D. (no prelo). “A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária” In *Revista do IEB*, São Paulo: USP.

Velazco, D. (2012). “Intervenções sociais ligadas à juventude e a produção da “Cidade Integrada” no Rio de Janeiro”. In *Seminário Internacional Cidade e Alteridade*, UFMG, 25-28 de setembro.

Vianna, Catarina. (2010), *Os Enleios da Tarrafa: Etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Waiselfisz, Julio Jacobo (Coord.) (1998). *Mapa da violência contra os jovens do Brasil*, Rio de Janeiro: Garamond.

Yúdice, G. (2006). *A conveniência da cultura: uso da cultura na era global*, Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Recebido para publicação em 15 de dezembro de 2013.

Aprovado para publicação em 24 de fevereiro de 2014.